

Os avanços e recuos no povoamento do Sertão Oeste de Minas Gerais no século
XVIII: os limites da pobreza

Márcia Amantino
Doutora em História Social

Resumo:

A expansão da fronteira e o povoamento do Sertão Oeste de Minas Gerais foi feita com base nos vadios, homens pobres ou pequenos proprietários com alguns poucos escravos e que não tinham muito a perder deixando seus pertences para trás e entrando numa região desconhecida em busca do enriquecimento. Entretanto, cedo perceberam que suas intenções não seriam facilitadas pelos quilombolas ou indígenas. Mesmo assim, o Sertão apresentava-se como a única possibilidade de mudar totalmente de vida, obtendo sesmarias e repartindo os índios capturados entre os participantes das bandeiras.

Palavras chaves:

Sertão Oeste, índios, quilombolas, sesmarias.

A vida estava muito estranha para os moradores das Gerais no ano de 1735. Ao mesmo tempo em que a extração do ouro estava no auge, cada vez mais a sociedade percebia que a tempestade não demoraria e que dias negros se abateriam sobre suas

cabeças. O custo de vida aumentava sensivelmente e os problemas sociais se avolumavam, criando hordas de pessoas sem qualquer tipo de ocupação e de miseráveis jogados nas ruas. Contraditoriamente, a imagem que se tentava manter era a de fausto, um “*falso fausto*”¹.

Na proporção que se avolumavam as extrações do ouro também aumentavam o controle, o fisco e as tributações. A Coroa, ainda assim, achava que muito metal estava se perdendo em prejuízo claro aos seus interesses. Era necessário controlar melhor, fiscalizar e impedir os extravios e os contrabandos. Para isso, criou neste ano o imposto da capitação, determinando que cada trabalhador das minas deveria pagar um tributo fixo em ouro. Os senhores de escravos pagariam por estes, mas os forros e os homens livres deveriam pagar sobre si mesmos, caso contrário, seriam presos, açoitados, despejados e degredados. Este imposto gerou uma série de reclamações da população mineira e, em 1744, os oficiais da Câmara de São José remeteram uma carta ao rei informando sobre as dificuldades encontradas pelos mineradores para continuar a pagar o imposto². Iniciavam o documento afirmando que o “*grande corpo quase agonizando, pobre, débil e aflito ... se anima[va] a expor ... a sua extrema miséria...*”³. Reclamavam também da desigualdade que era o pagamento do imposto tanto por pessoas que extraíam muito ouro como por quem conseguia pouco. Como consequência deste quadro, ocorria, na maioria das vezes, que estes últimos perdiam os escravos e acabavam ficando em uma situação muito difícil.

Alegavam também que as mulheres - forras, pardas e negras - eram obrigadas a usar de meio ilícitos para conseguirem o valor do imposto e outras “*...com mais lágrimas que*

¹ SOUZA, Laura de Melo e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.

² Carta da Câmara de São José ao Rei, em 30 de setembro de 1744. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano II, fascículo II, abril a junho de 1897. P. 292 e ss.

³ Idem

palavras dão alguma pequena peça de ouro do seu pobre adorno...”⁴. O mais grave era, segundo os oficiais, o número de escravos que não sendo mais sustentados por seus senhores, também na miséria, se lançavam às ruas, atacando, roubando, matando e fugindo para os quilombos.

A cobrança do imposto da capitação e a falta de condições de pagá-lo fizeram com que muitas pessoas abandonassem as vilas e buscassem refúgio no interior, nas áreas de sertões, tornando-se perseguidos pelas autoridades⁵.

Entretanto, este não era um problema apenas de Minas Gerais⁶. A Capitania de São Paulo, na mesma época, passava por algo semelhante. O governador Luis Antonio de Souza Botelho, tentou de várias maneiras fixar as pessoas em vilas e aldeias a fim de melhor controlá-las. No entanto, pouco conseguiu. Segundo ele, as pessoas caíam no “...engodo do mato virgem...” e para seu desespero “... larga [vam] a habitação das povoações e [iam] atrás do mato, afastando-se cada vez mais da sociedade civil, reduzindo-se a viver sem missa e sem doutrina... familiarizando-se com as feras...”⁷

A itinerância da sociedade colonial era um problema não só de cada uma das regiões, mas remetia a um aspecto muito maior, qual seja, o impedimento de um efetivo controle sobre a população. Somado a isto, havia também a questão da posse da terra que,

⁴ Idem

⁵ MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: A História de Minas, roubada do povo*. São Paulo: Gazeta Maçônica, 1995 p. 147 e ss. Martins acredita também que o primeiro povoamento do Ambrósio, destruído em 1749, era, na realidade, um povoado de homens livres pobres, em sua maioria negros fugidos do imposto e que criaram ali uma sociedade alternativa. Daí, seu extermínio.

⁶ Em Minas Gerais, a consequência desta itinerância foi notada no século seguinte por Mawe, J. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. UNESP, 1976. Para ele os colonos viviam “...como se a posse de suas terras estivesse prestes a ser abolida...”⁶

⁷ Estas pessoas estavam fugindo da cobrança cada vez maior de impostos e do alistamento compulsório para as lutas no Presídio do Iguatemi, nas fronteiras com o Paraguai. Citado por DEAN, W. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Cia das Letras, p. 117 nota 17

quase sempre, era momentânea. Inúmeros documentos relatam o avanço de grandes proprietários sobre as terras dos pequenos colonos. Além disso, estes estavam à mercê de ataques indígenas e de quilombolas. Um outro problema era a pobreza. Muitos colonos chegaram a tal ponto que tiveram que abandonar as terras devido à impossibilidade de arcar com seus gastos e impostos.

Além do tributo da capitação não ter dado certo por causa das dificuldades encontradas em sua execução⁸, criou um movimento interno na capitania que muito de perto nos interessa. Inúmeras pessoas, principalmente os pobres e os considerados como vadios, fugiram dos centros populacionais onde o controle se efetivava, e buscaram novas regiões para garimparem ou mesmo “tentarem a sorte”. As áreas privilegiadas para isto eram os sertões ainda não povoados, pois lá não havia nenhum tipo de controle ou fiscalização⁹.

Entretanto, este avanço populacional esbarrou em um sério problema. Estas áreas já eram desde muito habitadas por índios e por quilombolas. O conflito foi inevitável e chamou a atenção para esta região, fértil e na maioria das vezes, rica em ouro.

Novamente ficava latente a exploração de reservas auríferas sem o pagamento dos tributos. A fim de evitar que tal ocorresse, foi incentivada a criação de picadas e estradas oficiais que passassem por estas terras. A Picada de Goiás, a estrada que ligava Pitangui a Paracatu e a estrada do Caminho Velho de São Paulo até Goiás, foram obras feitas a partir de 1736 cortando o sertão e chegando até áreas bem afastadas¹⁰.

⁸ Todos os trabalhadores teriam que pagar o tributo mesmo em momentos de pesquisas para localizar o ouro. Como em muitas vezes as pesquisas resultavam em fracassos, este imposto ficava, cada vez mais injusto e odioso aos mineiros.

⁹ MARTINS, Tarcísio José. Op. Cit. p. 146

¹⁰ Idem

Estas estradas foram financiadas por particulares e contaram com apoio do governo da capitania. Seus empreendedores receberam sesmarias em toda as suas extensões, e durante um ano nenhum outro sesmeiro foi empossado na área¹¹.

Desta forma, iniciava-se efetivamente o povoamento do Oeste de Minas Gerais. Todavia, depois de várias investidas dos quilombolas e de grupos indígenas, o povoamento da região declinou e a maioria abandonou suas fazendas e sesmarias. A situação só começou a se reverter um pouco a partir de 1743, quando recomeçou o povoamento na região em função das tentativas de destruição dos quilombos. Mas ainda em 1754 o problema persistia, conforme pode ser observado no pedido de obtenção de uma sesmaria na região da Picada de Goiás:

“... e como na Paragem do Campo Grande, picada que ia para Goiás, se achavam campos e matos devolutos não povoados por causa dos negros fugidos, quer povoar as ditas terras não só para afugientá-los mais ainda para dar sentido a dita picada de Goiás...”¹²

Uma situação muito parecida pode ser percebida em outras áreas de Minas Gerais neste momento. A partir de 1734, com a publicação do Bando de 19 de julho, o Conde de Galvêas proibia toda a mineração de diamantes no recém demarcado Distrito Diamantino. A área tornava-se monopólio real, e milhares de mineradores foram expulsos tendo que buscar novas regiões para viverem. Novamente as regiões escolhidas foram os sertões, aumentando muito as pressões e os conflitos nele. Deste momento em diante, o que se viu foram tentativas de controlar a mineração e a extração de diamantes, diminuir a população no Distrito e impedir o contrabando. Todas as cartas de datas recebidas desde 1730 foram cassadas e as anteriores foram analisadas para saber se poderiam ou não possuir diamantes

¹¹ VASCONCELOS. Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 169 e ss.

¹² Carta de Sesmaria de Domingos Vieira da Mota, em 6.4.1754. SC 106 p. 140 Arquivo Público Mineiro.

em suas terras. Os escravos ou mesmo os livres que fossem encontrados “...*com suspeita de que quer extraí-los [diamantes]...*” seriam presos. Os escravos eram açoitados e vendidos. Os homens livres pagariam uma multa de 100\$000, ficariam dois meses na prisão e depois seriam expulsos da Comarca¹³.

Os moradores da Comarca do Serro endereçaram uma reclamação ao Rei D. João V no ano de 1738 alegando, entre outras coisas, que estavam em deplorável estado em função da proibição da mineração na região. Continuaram afirmando que “... *esta Comarca que era uma das mais abundantes e ricas, ficará reduzida a miserável estado, em que já se principia a ver, e poderá outra vez ser ocupada do gentio bravo e de negros fugidos, de que se seguirão grandes desordens e malefícios...*”¹⁴

Com esta proibição ou por causa da cobrança cada vez maior de impostos, parte da população de Minas Gerais viu-se de um momento para o outro, impelida à garimpagem clandestina. O “...*Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que, obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina, que julgava um direito seu, injustamente usurpado...*”¹⁵

Pode-se perceber que o povoamento do Oeste de Minas Gerais, quer se trate de negros fugidos, quer se trate de ondas formadas por livres egressos do imposto ou da proibição de extração dos diamantes, está intimamente ligado aos problemas econômicos pelos quais passava a capitania. Estes dois tipos de deslocamentos populacionais podem ser classificados como sendo “...*migrações internas inter-regionais, voluntárias e*

¹³ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis. Vozes, 1978. p.83

¹⁴ Idem p. 88

¹⁵ Idem p. 108

permanentes”¹⁶. Alguns traços caracterizariam tais migrações, como por exemplo, a busca por novas terras no sistema de agricultura e /ou pecuária extensiva, o próprio sistema de posse da terra através da distribuição de sesmarias em áreas mais afastadas, o incremento populacional desenvolvido pela política fisiocrata e iluminista, o esgotamento de lavras auríferas forçando a busca por novas regiões e, finalizando, a fuga de escravos e a formação de quilombos. Todavia, estes movimentos migratórios acabavam por desencadear um outro tipo de migração que a referida autora denominou de “...*migrações internas temporárias*...”, ou seja: os deslocamentos de tropeiros, vaqueiros e peões em busca de oportunidades de negócios nas novas áreas; o envio de tropas, companhias de soldados e milícias para as áreas em conflitos; as Entradas e Bandeiras em busca de mão de obra ou de localizar ouro, as monções – no caso de São Paulo, entre outros¹⁷.

Todos estes elementos podem ser encontrados neste momento em Minas Gerais. O deslocar da população, quer se trate de livre ou mesmo de escravos fugidos, era um problema que precisava ser vigiado de perto, pois significava manter o controle sobre as descobertas de ouro e sobre as terras. Logo, tornava-se imprescindível para a Coroa sujeitar não só as pessoas, mas também estas novas áreas para que elas passassem a fazer parte do sistema colonial.

Entretanto, isto não era tarefa simples. Os índios bravios e os quilombolas permaneceram nos Sertões provocando durante todo o século XVIII ondas de povoamento e de despovoamento. Se no momento das Entradas para destruí-los havia um processo de distribuição de sesmarias com o intuito de promover o povoamento, logo este se retraía quando os índios ou os escravos fugidos conseguiam se reorganizar e atacavam os novos

¹⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza. Migrações no Brasil colonial: uma proposta de classificação. In: *LPH. Revista de História*. Vol. 1, n. 1, 1990. p. 36-45

¹⁷ Idem

entrantes. Em diversos momentos, áreas que aparentemente estavam ocupadas por elementos considerados como capazes de promover o desenvolvimento, se viram de uma hora para outra vazias e, para desespero das autoridades, povoadas novamente pelos “bárbaros”: índios e quilombolas.

“...Em 1737 foram doadas as sesmarias aos abridores da picada de Goiás; e pelos territórios de Formiga, Piui e para a frente instalaram-se... Retiraram-se estes sesmeiros, poucos anos depois, quando a região se povoou de negros fugidos que, por aí, organizaram seus quilombos...”¹⁸

Ignácio C. de Pamplona, líder de diversas expedições enviadas ao Sertão mineiro, também nos indica este problema:

“... V. Ex.a. sabe que o seu favor foi o motivo que me fez intentar a difícil empresa de povoar estas terras desertas e incultas esforço por outras tantas vezes principiados quantos desvanecida pela oposição do gentio brabo e quilombos de negros que por todos os lados cercavam este continente o que bem mostram as fazendas que se viram desamparadas...”¹⁹

A questão das sesmarias abandonadas era um problema para a efetiva colonização do Sertão. Ao mesmo tempo em que elas eram importantes para controlar a existência dos quilombos e dos índios, estes acabavam por provocar sua ruína e desistência. Algumas vezes estas terras abandonadas foram dadas em sesmarias a novos entrantes dando início a contentas intermináveis sobre quem teria direito a elas. Isto aconteceu com Ignácio Correia de Pamplona. Depois de conquistar parte do sertão, doou algumas sesmarias aos seus companheiros. Tempos depois, começou um grande conflito na região porque os sesmeiros antigos que haviam abandonado as terras por causa dos ataques de índios e quilombolas, voltaram e exigiram seus direitos. Um juiz local deu apoio aos primeiros sesmeiros e Pamplona sentiu-se ameaçado em seu poder.

¹⁸ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. BH, UFBH, 1971 p. 31 e 32

¹⁹ Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Conde de Valadares. Sem data, 18,2,6 – Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos.

A carta do juiz ao Conde Valadares mostra estes conflitos de maneira muito clara:

“...No termo desta Vila de S. José onde sou juiz das medições e demarcações das sesmarias na forma das ordens de S. Majestade Fidelíssima me vejo perturbado pelo Mestre de Campo Ignácio Correia de Pamplona usurpando me a jurisdição e medindo e demarcando sesmarias no sertão do Rio São Francisco sem faculdade ou comissão minha, e como pela obrigação do meu cargo devo proceder contra o mesmo vendelando (sic) a usurpação da jurisdição para evitar algum distúrbio naquele sertão causado pelo dito Mestre de Campo quando não desista, recorro a V. Ex.a. queira me dar auxilio militar para as diligencias por me faltarem oficiais que dêem a execução as ordens que precisar distribuir ... da jurisdição poder ser obedecido e reconhecido legitimo juiz daquelas paragens.”²⁰

A presença de índios considerados como ferozes foi uma das causas do abandono de terras em várias regiões de Minas Gerais, ou mesmo da sua impossibilidade de serem avaliadas e colocadas no mercado. Isto acontecia tanto com o pequeno proprietário e seus poucos escravos como com o grande fazendeiro. Alguns inventários do 1º Ofício mostram estes casos de maneira exemplar²¹:

Antonio Gonçalves Pedrozo era casado com Faustina Gonçalves e viviam em um pequeno sítio na Freguesia de Piranga junto com seus três filhos de seis, quatro e dois anos e mais oito escravos. Um dia sofreram o ataque de índios e sua mulher foi morta no dia 9 de março de 1749, mas somente em 1750 é que Antonio fez o inventário. Alegou que não o pôde fazê-lo antes porque precisou abandonar seu sítio em *“razão da vizinhança de gentio...”*²²

Também em 1750, um grande proprietário sofria o mesmo problema com a presença dos índios. A viúva do Capitão Antonio Alvarez Ferreira, falecido em dezembro de 1749, declarou que possuía 58 escravos, um sítio de roça e lavra de terras minerais, uma terra de

²⁰ Carta de João Ribeiro de Freitas para Conde de Valadares, em 24.09.1769 . Vila de São José . Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) Documentos. 124 18,3,5

²¹ Agradeço à Carla Maria Carvalho de Almeida ter-me cedido estes inventários.

²² Inventário de Faustina Gonçalves. 1º Ofício cód. 10, auto 375 – 1750 Freguesia de Guarapiranga.

roças em capoeira com terras minerais, duas datas de terras minerais, uma morada de casas que servem de venda, uma morada de casas que servem de loja, umas capoeiras, uma morada de casas térreas e uma posse de roça com terras de matos virgens com índios.

Esta roça localizava-se na Barra do Rio Chopotó e segundo a inventariante, eles eram sócios do Padre Roque Leal. Contudo, não se podia fazer qualquer avaliação por causa da “vizinhança do gentio...”²³

Em pior situação estava Maria Valentina da Silva Leal. Seu marido, o Capitão-Mor José da Silva Pontes, havia morrido em 29 de janeiro de 1800. O casal possuía 75 escravos e o monte geral de sua fortuna era de 16: 452\$392 contos de réis. Entretanto, duas sesmarias na “*Paragem chamada os Oratórios Beira Rio de Guarapiranga*” estavam dominadas por índios Botocudos e por isso não podiam ser avaliadas. Uma outra sesmaria, agora no Rio Doce, que pertencia ao casal estava apresentando o mesmo problema e também não podia ser avaliada.

Estes exemplos mostram que tanto os pequenos proprietários como os que possuíam muitas terras e escravos passavam pelos mesmos problemas com relação aos índios. Mostram ainda, a luta destes últimos para manter suas terras, ainda que oficialmente elas fossem entregues à população colonial.

A historiografia tradicional sempre tratou a questão da terra como se houvesse uma oferta elástica em função da existência de muita terra livre. Analisada sob esta perspectiva, pouco ou nada valeria no mercado. Isto só mudaria em 1850 com uma lei específica – a Lei de Terras - começando assim o “Cativeiro da Terra”. Entretanto, sendo isto real, como

²³ Inventário do Capitão Antonio Alvarez Ferreira. 1º Ofício cód. 36, auto 843 – 1750 Freguesia de Guarapiranga.

explicar as constantes disputas e conflitos pela posse que sempre existiram em todo o território colonial? Se realmente existisse tanta terra disponível, porque os conflitos²⁴?

Os estudos atuais têm demonstrado que desde o período colonial, a terra estava no mercado sendo vendida, arrendada ou mesmo alugada e que o índio, assim como o meio ambiente, servia, na maioria das vezes, como obstáculo à expansão. Pode-se acrescentar os quilombolas a este grupo, pois, de uma forma ou de outra, impediam o avanço ilimitado dos demais elementos populacionais.

Na realidade, o povoamento em áreas controladas por índios ou quilombolas só poderia ser levado a bom termo se fosse feito com bases militares. No início do processo se deveria mandar expedições à área a fim de aniquilar os “inimigos”. Depois, os Presídios²⁵ ou Fortalezas seriam montadas com o objetivo de impedir o avanço dos que restassem. Só assim teriam alguma possibilidade de sucesso.

A montagem destes quartéis ou presídios acabou ganhando o reforço de outras medidas que visavam garantir a segurança dos que habitavam estas regiões ermas. Uma delas, foi a utilização de determinadas regiões como áreas a serem povoadas por pessoas

²⁴ Sobre esta discussão ver FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Capítulo 2: Histórias esquecidas: os andarilhos da sobrevivência.

²⁵ A existência dos presídios remete a uma hierarquia militar complexa: eram praças fortes com destacamentos militares. Normalmente havia em seu interior um contingente de tropas e oficiais, e de lá saíam as maiores decisões a respeito da segurança e do desenvolvimento da área. A função destes presídios era bastante clara. Seu objetivo era manter a ordem na região, estabelecendo povoados e desenvolvendo-os. Para isso combatiam índios que resistiam à catequização e ao aldeamento e mantinham os demais aldeados sob controle, e combatiam também os quilombos através das expedições ou de capitães-do-mato. Serviam como barreiras ou fortificações nas áreas de fronteiras mais distantes. Entretanto, tudo isto era apenas teoria. Na realidade, estes presídios pouco ou nada podiam fazer devido à falta de pessoal qualificado, de munições e armas e aos constantes ataques que sofriam. Um caso que exemplifica esta afirmação foi o ataque ocorrido com um quartel da Cavalaria em 1745. Os membros do quartel acreditavam serem os quilombolas os responsáveis pelo ataque que deixou um dos guardas ferido:”... *Supondo suceder-lhe essa infelicidade por negros que se acham em um quilombo junto ao dito quartel...*”²⁵

livres, dispostas a irem para lá com a expectativa de localizarem ouro e receberem do governo as respectivas datas e terras. Cuieté, Abre Campo, Pessanha e São João Batista foram algumas dessas regiões.

D. Rodrigo José de Meneses, governador de Minas Gerais em 1780, acreditava poder localizar muito ouro no Cuieté, e com ele salvar a capitania da decadência econômica. Mas, como a população que foi para lá de livre e espontânea vontade era pouca, mandou:

*“... prender os vadios que se encontrassem e remetê-los para aquele sítio, fazendo desse modo com pouca despesa aquela importante obra e purgando também a sociedade civil dos perturbadores dela...”*²⁶

Anos depois, como esta e outras regiões estavam ainda abandonadas, transformaram-se em áreas para os degredados das vilas porque de lá era impossível a fuga, pois os Botocudos matavam todos os que tentavam tal proeza.

O abandono das sesmarias e a conseqüente volta dos índios e quilombolas, ocasionava a necessidade de recomeçar o processo de conquista: identificar uma pessoa capaz de liderar a Bandeira, convocar homens para segui-lo, arranjar alimentos, pólvora, animais de cargas e tudo mais que fosse necessário para entrar no Sertão, novamente expulsar ou aniquilar os inimigos e recomeçar o povoamento. Contudo, isto também esbarrava na pobreza dos moradores das regiões próximas. A montagem da Bandeira era um processo caro e que tirava da população das vilas uma quantidade de alimentos e de animais que, na realidade, eles não possuíam. Estas negociações sobre o que cada povoação poderia dispor para armar as bandeiras era um dos motivos para a grande demora em suas

²⁶ Exposição do governador D. Rodrigo José de Meneses obre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano II, fascículo 2, abril a junho de 1897.

partidas e conseqüentemente, tornar público algo que deveria ser feito em segredo para evitar que os escravos aquilombados tomassem conhecimento. Como resultado, quando a bandeira chegava ao local os quilombolas já estavam há muito tempo longe dali.

Já no final do século XVIII, momento de decadência da extração do ouro, José Eloi Ottoni em sua “*Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas Gerais*”²⁷, sugeria que as autoridades mantivessem viva a tradição das primeiras entradas paulistas, ou seja, a idéia de que um líder ia à frente de um grupo como chefe supremo, investido de total autoridade para resolver quaisquer tipos de contendas ou problemas que por ventura aparecessem. Esses líderes assumiam o poder de pregar a justiça. As entradas seriam feitas à custa do próprio organizador e como pagamento ficavam com as riquezas encontradas (ouro ou índios) e receberiam ainda sesmarias das terras que lhe interessassem. Entretanto, estas características das expedições não são somente as das efetuadas pelos paulistas. As expedições lideradas por Ignácio Correia de Pamplona possuíam esses elementos. Ottoni, contraditoriamente, demonstrava que os descobrimentos das minas tinham sido feitos por paulistas aventureiros, insaciáveis, exploradores dos índios e nutridos na mais estúpida indolência.²⁸ Todavia, momentos depois, ao descrever as terras conquistadas demonstrava serem elas cobertas de “*matas espessas e habitadas somente de incolos ferozes e bárbaros*”²⁹. Em função disto, propõe o incentivo para que os mesmos paulistas voltem à região incitados em:

“...projeto de novos descobrimentos por meios de graças, privilégios e indultos concedidos aqueles que inflamados de um zelo patriótico entrarem pela mata geral não com o espírito de conquista, sim como hóspedes sensíveis e humanos que encarando somente o objeto da

²⁷ OTTONI, José Eloi. Memória sobre o estado actual da Capitania de Minas Gerais, estando em Lisboa no ano de 1789. In: *Anais Biblioteca Nacional*, vol. 30 1908, RJ, Typ. Biblioteca Nacional, 1912

²⁸ Idem p. 312

²⁹ Idem

*sociedade vão libertar diversas tribos errantes do infame jugo da estupidez e da inércia. Daqui podem resultar duas grandes vantagens: a primeira é o estabelecimento de novas sociedades, que sendo animadas por diversos modos do que até aqui se tem praticado, podem ao mesmo tempo dilatar a Igreja e utilizar ao Estado dando de livre vontade a Deus o que é de Deus, ao Cezar o que é de Cezar. A Segunda é descobrir se ouro e pedras preciosas...*³⁰

Seu texto não deixa dúvidas sobre o objetivo destas conquistas: É necessário povoar com almas cristãs, desenvolver o trabalho e, conseqüentemente, a riqueza e, porque não, descobrir ouro e pedras preciosas, aumentando o poder da Coroa. A Igreja sempre acompanhando os interesses da Coroa. O que o autor não relata é o que fazer com os grupos indígenas que não aceitassem a fé cristã. Mas, para isso já sabemos a resposta...

Se as finanças não estavam indo muito bem, pior ainda estava a situação política e social da capitania. Após os primeiros descobrimentos do ouro, inúmeras autoridades reclamaram sobre a ausência de controle da população por parte do Estado. A região tornou-se palco de disputas e conflitos que, de uma forma ou de outra, diziam respeito ao domínio absoluto que os grandes mineradores detinham, a não aceitação da intromissão do poder real e a pouca ou nenhuma fé dos moradores³¹.

Estas reclamações continuaram sendo feitas no decorrer de todo o século XVIII. Uma das conseqüências da falta de moderação nos costumes era para os mais moralistas, a licenciosidade em que o povo vivia. Bebida, prostituição, batuques, esmolas que não eram usadas adequadamente, tudo servia para demonstrar como vivia aquela sociedade e quanto ela precisava ser ordenada a fim de que o povoamento das áreas mais afastadas pudesse ser levado a cabo de maneira correta e sem desvios. Para aqueles que tentavam controlar tal

³⁰ Idem

³¹ Os principais momentos desta luta são a Guerra dos Emboabas e a Revolta de Filipe dos Santos. Tentando diminuir estes problemas e evitar futuros, a região das Minas Gerais foi separada da Capitania do Rio de Janeiro em 1709 e incorporada a de São Paulo. Contudo, anos mais tarde (1720), foi também desmembrada desta última.

sociedade, todos estavam envolvidos nesta atmosfera de libertinagem, inclusive, os religiosos. Em uma carta de Gabriel Alves da Costa ao Conde de Valadares toma-se contato com esta atmosfera:

“... O sentimento de ver o pouco adiantamento que tem tido a conquista desse continente de Cuieté me anima por na presença de V. Ex.a. Os principais motivos de seu desmancho sendo um dos mais nocivos as muitas cachaças que os comerciante trazem a ele havendo conduta que vem 80 a 100 barris que logo se gastam, fazendo bulhas e outros distúrbios inauditos. O que melhor se compara com a chegada do novo vigário que também trouxe para o seu interesse uma carregaçãõ dela e pela não ter havido algum tempo, logo no desembarque ficaram todos fora de si com repetição de dias e dias e levando outros 20 barris para o Pegabem se foram pondo pelo caminho...”³²

A situação de bebedeira estava tão fora do controle que se os índios os atacassem morreriam todos porque *“... nenhum sabia parte de si...”³³*. O autor sugere que fosse proibida a entrada de aguardente no sertão do Cuieté e que se proibisse também *“...toda a qualidade de jogos e batuques que servem de não pequena ruína a terra...”³⁴*

Os batuques e as festas que os negros faziam, quase sempre acompanhados de vadios, eram segundo se acreditava, um foco de problemas e alimentador da licenciosidade em que viviam os povos em Minas Gerais. Os grupos se organizavam em Bandeiras do Divino Espírito Santo e saíam de freguesia em freguesia pedindo esmolas, fazendo festas e batuques com o dinheiro arrecadado. A solução, de acordo com o documento, seria não permitir que estes grupos saíssem de suas freguesias. Um outro grave problema era:

“...o abuso de andarem os negros ou negras com imagens de N. Senhora do Rosário a tirarem esmolas pelos serviços minerais e de fazenda em fazenda, e de com as mesmas imagens fazerem em lugares destinados e já sabidos certos meses com o título de tirarem esmolas, juntando-se para este fim muitos negros e negras pela liberdade que tem nos domingos e dias santos, porque nestas ocasiões armam cultos, embebedam se e já todo dia

³² Carta de Gabriel Alves Costa para Conde de Valadares, em 12.03.1769, no Presídio do Cuiethé. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos). Documentos. 318 18,2,6

³³ Idem

³⁴ Idem

gastam em danças desonestas a que chamam batuques e em outras profanidades com que fazem na presença das mesmas sagradas imagens, graves irreverências e desacatos e da que sucedem muitas mortes, fugidas e outros mais danos que experimentam os seus senhores... ”³⁵.

Vários contemporâneos afirmavam a quase impossibilidade de fazer com que aquele povo se tornasse civilizado dado a inconstância das pessoas que, quase nunca, admitiam a idéia de se fixar e cultivar a terra, única forma para alguns de promover a civilização. Preferiam seguir sempre em busca do ouro, elemento tido como o principal fator de desregramento social, pois era uma forma de enriquecimento rápido e que não criava raízes:

“... Esta riqueza tão casual, tão variável e tão caprichosa, assim como faz que seja sempre vária e inconstante a riqueza do mineiro do ouro, assim também faz a riqueza da nação mineira do ouro seja sempre vária e inconstante...”³⁶

Para vários memorialistas ou autoridades que escreveram sobre Minas Gerais do século XVIII, por aquela região ser encravada entre a barbárie e a civilização, provocava sérios problemas de ordem social, política e econômica. O Conde de Assumar, analisando a população das minas e as causas para tantos problemas de indisciplina, chegou a algumas conclusões:

“... contaminava a influência das emanções do ouro entranhado no solo. De tais fluidos provinham a inquietação e a rebelião dos homens a cujos pés infeccionavam as fezes do fulvo metal do clássico chavão. Emitia o chão vapores e fumos corruptores do ar. Pelos poros, narinas e bocas penetrava o seu bafo ténue e sutil, entranhava-se nos ossos a cuja medula exinania (sic). Aí, residia facinorosos, homens cheios de toda a espécie de maldade, luxúria, cobiça, inveja e dolo. Daí, a causa de tantos homicídios, contendas, malefícios, murmurações, de sujeitos execrandos, ignomiosos, indisciplinados, destituídos de qualquer amor a ordem, amizade e compaixão...”³⁷

³⁵ Idem

³⁶ COUTINHO, J.J. da Cunha. *Obras econômicas*. São Paulo; Ed. Nacional, 1966. p. 197

³⁷ Discurso Histórico Político do Conde de Assumar, citado por GOULART, Jose Alipio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. RJ, Conquista, 1961. p. 24

Além do ouro, propiciador de riqueza fácil, havia um outro elemento que para J.J. Rocha explicaria a tendência à vadiagem de parte da população mineira: as facilidades encontradas na natureza e a bondade dos povos:

*“ ... Os mais povos cada um dá utilidade conforme o uso de seu viver, ainda que entre estes há muitos vadios, sem exercício de qualidade alguma, o que não aconteceria se não houvesse tanta abundância de víveres nas Minas e a liberalidade que há nos habitantes delas , em darem de comer a todos aqueles que a horas o procuram...”*³⁸

Anos depois, as condições sociais ainda permaneciam as mesmas. Saint-Hilaire constatou uma situação que, aos olhos europeus, lhe parecia caótica. Atravessando a região do Campo Grande em 1719 percebeu que tratava-se de uma área praticamente despovoada: *“...em toda a parte só se via uma imensa e monótona solidão...”*³⁹. Acreditava que seus parcos habitantes não eram totalmente civilizados e só não voltavam ao estado de selvageria total porque, de vez em quando, eram obrigados a irem às vilas assistir as missas. Entretanto, de acordo com o autor, este era um outro problema, pois os padres eram os primeiros a não respeitarem a religião e os bons costumes. Para piorar a situação, nas vilas havia uma quantidade de vadios e prostitutas que tornavam algo, que poderia ser benéfico, em uma reunião perigosa. Além do que, a indolência era, segundo Saint-Hilaire, *“...uma das principais chagas desta região...”*⁴⁰. Ninguém queria trabalhar. Os casados o faziam apenas o suficiente para viver, e os que eram solteiros não se davam a esta ocupação. Viviam de casa em casa sendo alimentados por caridade. Ele mesmo foi vítima desta prática local: Seu auxiliar, um homem que estava há muito tempo desempregado e que somente havia aceitado o emprego por causa de uma ordem superior, fugiu um dia sem dar

³⁸ ROCHA, Joaquim José da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p. 163

³⁹ SAINT HILAIRE. *Viagens as nascentes do São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia;São Paulo: EDUSP, 1975. p. 59

⁴⁰ Idem p. 76

qualquer explicação. Saint-Hilaire buscou uma justificativa para o fato que passava pela facilidade que as pessoas encontravam para sobreviver sem trabalhar: “...*Mas porque iriam trabalhar esses homens, se em toda a parte encontram gente que lhes dê alimento a troco de nada?...*”.⁴¹

A visão de Freireyss não difere muito. Referindo-se às moradias dos habitantes dos Sertões afirmava que “... *as suas habitações, como as suas terras, estão no estado mais miserável e muito poucos procuram tornar a vida mais agradável pela diligência e pelo trabalho...*”. De maneira radical identificou a “... *maior parte [dos] habitantes dos Sertões [como] criminosos que fugiram da justiça e se localizaram aqui, ou são descendentes de criminosos...*”⁴²

Pode-se perceber que tanto no século XVIII quanto no seguinte, os problemas da região para as elites eram praticamente os mesmos: falta de uma população criada nos moldes civilizados, ociosidade, libertinagem, enfim, uma absoluta falta de controle.

Seja como for, é evidente que esta situação de pobreza associada à cobrança crescente de impostos e à diminuição do volume de ouro encontrado, fez com que a população de Minas Gerais se locomovesse cada vez com maior intensidade, buscando novas regiões onde pudessem “tentar a sorte”. Não é gratuito que nestas regiões de conquistas recentes, de acordo com novas pesquisas, as taxas de ilegitimidade entre as crianças batizadas fossem tão elevadas assim como as famílias fossem formadas normalmente apenas por um dos pais, normalmente, a mãe.⁴³

⁴¹ Idem p. 80

⁴² FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo; EDUSP, 1982 p.60

⁴³ FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit. p. 50

Algumas conclusões já foram tiradas sobre a economia de Minas Gerais e todas, de uma forma ou de outra, dizem respeito à grande concentração de lavras e terras nas mãos de um pequeno número de pessoas, e a posse de escravos disseminada pela sociedade – ainda que com um numerário por pessoa bastante reduzido.

Pelo que já foi visto, pode-se perceber que num contexto caracterizado pela pobreza generalizada destes colonizadores e pela necessidade de dirimir os conflitos entre os diferentes grupos sociais pela posse da terra, contar com pessoas com pouco ou nenhum recurso financeiro significava que a qualquer momento o avanço sobre tais áreas poderia ser posto em cheque.

O povoamento e a colonização do Sertão mineiro foram projetados para serem desenvolvidos através de pessoas pobres com nenhum ou com poucos escravos. E esta estrutura praticamente não sofreu variações no decorrer do tempo. Assim, “ *o plantel médio na Capitania variou entre 3,7 e 6,5 escravos* ”⁴⁴. Luna também chegou a números muito próximos: seus dados demonstram para os anos entre 1718 a 1804, “ *a absoluta preponderância do conjunto de senhores com cinco ou menos cativos* ”.⁴⁵ Saint-Hilaire já havia também demonstrado este padrão de posse de escravos para o ano de 1819. Segundo ele, em Araxá, os senhores que possuíam oito ou dez escravos eram considerados ricos⁴⁶.

Como conseqüência desta estrutura de posse, um contingente populacional bastante significativo ficava à margem desta estrutura, ou seja, não tinha acesso às terras, aos escravos e nem conseguiam ocupações. Eram os que a sociedade considerava como vadios.

⁴⁴ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: ANNABLUME, 1995. p. 80

⁴⁵ LUNA, Francisco Vidal. Estrutura de posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. São Paulo, Livraria Pioneira Ed. 1982. p.38.

⁴⁶ SAINT_HILAIRE. Op. Cit. p. 131

Entretanto, é necessário ressaltar que a documentação oferece no mínimo, dois tipos de elementos que são identificados pelas autoridades como vadios. Há em alguns momentos, uma associação aos pequenos arrendadores sem escravos, ou seja, aos indivíduos pobres. Todavia, os vadios podiam ser também associados aos sem ocupações que praticavam roubos, e aos que viviam de expedientes.

Analisando a população composta de homens pobres com ou sem escravos, chega-se à conclusão de que ele é caracterizado por sua,

“... extrema fluidez ... a indefinição que muitas vezes manifestam ante a camada escrava e, em menor escala, ante a camada senhorial. A indefinição é maior na franja inferior da camada: torna-se amiúde difícil distinguir os homens livres pobres dos escravos e dos quilombolas, sobretudo se os primeiros são forros...”⁴⁷

A segunda metade do século XVIII foi marcada por sucessivas e agravantes crises econômicas provenientes da diminuição do volume de ouro extraído e da manutenção a níveis elevados dos impostos cobrados. Contudo, estas crises assumiram nesta sociedade um caráter diverso porque juntamente com elas, assistiu-se, ainda que atingindo apenas uma pequena parcela social, um desenvolvimento econômico e um crescimento da produção agrícola e comercial. Isto não significa concordar com as teses que defendem que a agricultura, assim como as outras atividades produtivas, só tenham se desenvolvido a partir da crise da mineração. Pelo contrário. O século XVIII apresentava uma diversificação econômica grande. Mesmo em torno das áreas de mineração foram surgindo fazendas e roças voltadas para o abastecimento interno da Capitania, talvez quem sabe, graças ao aprendizado causado pelas grandes epidemias de fome de 1697/8 e de 1700/1 e também da ocorrência em Pitangui em 1713.

⁴⁷ SOUZA, Laura de Melo e. Norma e conflito. *Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 p. 23

“...Assim, a atividade mineradora exerceu sobre a agropecuária efeito multiplicador bastante grande durante o século XVIII e, simultaneamente, a agropecuária permitiu a montagem e garantiu a expansão das atividades mineradoras...”⁴⁸

As crises econômicas acentuaram um quadro caracterizado pela carência de moeda circulante, pelo aumento na concentração de riquezas, pelo crescente endividamento de sua população e pelo aumento da pobreza. Esta situação de crise econômica pode ser mais claramente visualizada a partir da segunda metade do século, quando a descapitalização dos grandes homens associada ao preço elevado dos escravos e de ferros necessários à mineração provocou um endividamento generalizado⁴⁹. Tal endividamento, causado pelos preços elevados que se pagava sobre os ferros, já havia sido percebido por Azeredo Coutinho. Para ele, não seria o alto preço do escravo que provocaria a desgraça do minerador, e sim, a do ferro, *“...por que se gasta e se consome todos os dias e todos os instantes...”⁵⁰*

O endividamento poderia ser percebido:

“... Na grande quantidade de ações cíveis, devassas e correspondências particulares do período, encontram-se referências a acordos estipulados a anos ou mesmo papéis assinados representando empréstimos ou vendas a prazo. Os principais credores eram, sem dúvida, os comerciantes...”⁵¹

Ainda que os maiores credores fossem os comerciantes, os homens de patentes também apareciam como participantes deste quadro econômico. No outro lado desta

⁴⁸ MARTINS, Marcos Lobato. Mineração, agricultura e degradação ambiental em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: *LPH*. Revista de História. N. 4, 1993/4, Dep. História. UFOP.p. 108

⁴⁹ Sobre esta questão do endividamento na sociedade mineira do século XVIII, ver SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas. 1735-1808*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 1994.

⁵⁰ COUTINHO, J.J. Azeredo. Op. Cit. p. 201

⁵¹ Idem

situação, ou seja, dos devedores, estavam as pretas forras, os pequenos e médios comerciantes e até mesmo os fazendeiros, pequenos ou não.

Pamplona, depois de incitar os novos sesmeiros a ocuparem as sesmarias dadas por ele após a conquista de uma parte do sertão, lembrou que aquela era uma oportunidade única, pois eles, homens pobres, haviam conseguido terras e não precisariam pagar os valores cobrados no mercado e que não corriam o risco de ficarem devedores a vida inteira sem conseguir saldar a dívida:

*“...que toda a sua vida trabalhavam para os pagar sem nunca poder satisfaze-los e que no fim se achavam sempre empenhados, e as suas famílias, em extremosa pobreza, como eles bem experimentavam...”*⁵²

Entretanto, o próprio Pamplona também era uma pessoa endividada: Além de dever a particulares era também devedor do Direito de Entrada no Registo do Caminho Novo.⁵³ Em 1797 de sua fazenda do Mendanha, escreveu ele a João Roiz de Macedo agradecendo as inúmeras vezes que este o auxiliou, e pedia-lhe que tivesse mais paciência *“...porque me vendo na maior consternação da fortuna botei me a todo o risco a formar dois engenhos de cana para ver se melhorava da mesma para pagar aos meus credores...”*⁵⁴. Uma outra carta com igual teor foi mandada para o Capitão José Alvares.⁵⁵

Há nesta carta um outro aspecto importante. Trata se da mudança dos interesses econômicos de Pamplona. Se antes o que tínhamos era um homem interessado na conquista

⁵² Notícia diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o Sr. Mestre de Campo Regente e Guarda Mor Ignácio Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do Capote às conquistas do sertão, até de tornar a recolher a mesma sua dita fazenda do Capote, etc, etc,etc. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol 108, 1988 p. 53-103

⁵³ Coleção Casa dos Contos. I- 25,29,6 Biblioteca Nacional manuscritos.

⁵⁴ Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Sr. João Roiz de Macedo. Mendanha, 25 de março de 1797. Biblioteca Nacional - manuscritos I- 10,27,13 n. 2

⁵⁵ Idem

de novas terras e na exploração de ouro, agora com a decadência da mineração, ele claramente mudava de ramo e estava se dedicando a outras atividades, no caso, a cana de açúcar.

Contudo, Pamplona também era um credor. Há uma carta de sua autoria onde afirma que Antonio José Bastos iria procurá-lo depois dos dias santos para conversarem sobre as contas que tinha com ele.⁵⁶

Através do testamento de Pamplona registrado em 1810, fica-se sabendo sobre a situação financeira deste homem tão curioso. Após listar todas as pessoas que lhe deviam dinheiro e a quem ele devia, chegou-se aos seguintes números: Devia 18.277\$026 e tinha um crédito de 30.025\$668.⁵⁷

O endividamento generalizado e a pobreza são fatores essenciais para o entendimento desta sociedade onde “...um maior número de pessoas dividiam a pobreza⁵⁸”. Isto significa postular que quaisquer que fossem os projetos destinados à região, esta imensa maioria da população fora dos mecanismos econômicos teria que ser, de uma forma ou de outra, envolvida, engajada ou ainda, “empurrada para fora”.

A solução encontrada foi retirá-la dos grandes núcleos populacionais. Empurrar esta população para fora significava, no século XVIII, ocupá-la em regiões de fronteira, pois nas vilas não havia trabalho para todos. O Sertão surge neste contexto como o local por excelência para esta população de vadios ou de pobres. A eles, caberá a tarefa de povoar esta área, até então, moradia de feras quer fossem índios bravos ou quilombolas.

⁵⁶ Carta de Ignácio Correia de Pamplona a Manoel Pereira Alvim, avisando do envio de um documento, Mendanha, Biblioteca Nacional - manuscritos. I- 10,27,13 n. 3

⁵⁷ Testamento de Ignácio Correia de Pamplona. - Testamento 1821 cx. 100 São João Del Rey

⁵⁸ SOUZA, Laura de Melo e. Op. Cit. p. 30

O mecanismo de levar a população ao sertão estava diretamente ligado à necessidade de povoar e civilizar a região. Contudo, este projeto esbarrava num problema maior: a região era habitada por elementos que o impossibilitavam. Daí, a solução encontrada foi “limpar” a área, eliminando os índios que não aceitavam ser aldeados, e exterminando os quilombos encontrados.

Neste sentido, as Bandeiras - também chamadas de Entradas, Expedições ou Conquistas - foram essenciais ao projeto porque graças a elas, grupos armados limpavam ou usando o termo empregado por eles, “desinfestavam” a área, possibilitando que os entrantes, na sua maioria pequenos fazendeiros, se fixassem e iniciassem o povoamento. Aos vadios cabia um outro papel: deveriam habitar os presídios, uma espécie de quartel que tinha como objetivo maior, impedir os avanços de grupos hostis – índios ou quilombolas - sobre a população fixada.

Os entrantes, com exceção dos líderes, eram em sua quase totalidade homens com poucas condições financeiras. Buscavam encontrar no sertão a possibilidade de fazer fortuna e de ter acesso a terras que, por causa das inúmeras dificuldades apresentadas, não eram normalmente interessantes aos grandes proprietários:

“... Pelo que consta o aumento da povoação do Cuieté e mais terras que se forem desinfestando ... que todos os descobertos a princípio destas minas tem sido povoadas por homens faltos de fortuna que na mudança dos lugares de sua habitação pelos retiros com proveito próprio e alheio procurarão refazer se de seus bens para pagarem a seus credores...”⁵⁹

Francisco Pires Farinho, padre e Diretor dos Índios Coropós, denunciou em uma carta endereçada ao Governador D. Rodrigo José de Meneses as tentativas que os colonos

⁵⁹ Carta do Padre Manoel Vieira Nunes para o Conde Valadares. Sem data. Cuieté. 18,2,6 documento 321. Biblioteca Nacional. Manuscritos

entrados na região do Xopotó após a pacificação dos índios estavam fazendo com o objetivo de se apoderarem de suas terras. Dizia que os colonos, mesmo sabendo que ele estava construindo uma capela que atendesse tanto aos índios como aos demais moradores, iniciaram a construção de uma outra, desrespeitando assim, uma ordem superior. Afirmava ainda que “...como na paragem não há número suficiente para sustentar duas Capelas ao presente, mal poderão sustentar estando unidos a uma Capela pela pobreza dos novos povoadores...”⁶⁰

No diário feito durante a conquista do Campo Grande, Pamplona, depois de tomar posse da Serra da Marcela, reduto segundo ele mesmo de feras, reuniu sua gente com o objetivo de despedir-se dos que por ali iam ficar. Em um discurso pronunciado depois da missa e de um “banquete”, incitava os recebedores de sesmarias que:

“...Não se esquecessem de ir povoar as suas fazendas, porquanto era melhor possui-las ali de graça do que em outra parte como era ordinário costume por muitos mil cruzados...”⁶¹

Um outro grande problema relacionado às sesmarias era, segundo Pamplona, o tamanho das áreas e quem as estavam recebendo: para ele uma das causas de não se conseguirem efetivamente povoar e cuidar da região era o tamanho da sesmarias. As sesmarias doadas possuíam uma extensão de três léguas de terra em quadra, o que seria em sua concepção uma extensão grande demais. Associava isto ao fato de que a maioria das pessoas não possuía condições de manter estas terras, pois não contavam com número elevado de escravos. Este tamanho exagerado das sesmarias fazia com que grandes áreas ficassem sem controle por parte do seu proprietário, servindo assim, de esconderijo aos

⁶⁰ Carta de Francisco Pires Farinho denunciando a ereção de uma nova capela para apossar das sesmarias dadas aos índios. In: *RIHGMG*, vol. VII, 1960

⁶¹ Notícia. Diária e individual... p. 80

quilombolas e índios. Acreditava que se as concessões fossem menores, o controle seria mais fácil, pois as pessoas estariam mais próximas umas das outras e poderiam se socorrer em caso de ataques de um ou de outro grupo:

“...no modo que me tem sido possível tenho dado em parte a V.Ex.a. das muitas terras que os povoadores delas querem avançar cada um para si que as sesmarias concedidas aqui neste país, de três léguas enganosamente se chamam sertão e lhes dão estes o título fora de registros de três léguas Srs.; é uma extensão demasiado... conhecimento do que vou avançando tenho que concedendo o Ilmo. Sr. Luís Diogo as três léguas e de várias sesmarias e lhe representam a quem não tem mais fábrica que somente o seu corpo e destes esta dilatada compreensão parece as terras desertas e jamais nunca se poderão chamar povoadas , e por conseqüência nunca isenta de gentios e calhambolas, e sendo a concessão mais diminutas ficam nos povos mais conchegados mais hábeis e dispostos para se socorrerem juntos a qualquer acometimento dos bárbaros gentios e não sendo assim Sr, nunca se chegara a concluir o intuito que V.Ex.a. apetece de perfeita povoação destas terras...”⁶²

Na realidade, o que Pamplona parece não ter compreendido é que o grande problema enfrentado não era o tamanho das sesmarias e sim, quem as recebia. Como os recebedores eram em sua maioria pessoas pobres e com poucos escravos, ficava muito difícil sua plena utilização, facilitando assim, a vida dos quilombolas ou a dos índios. O problema maior do povoamento do sertão era que estava sendo feito baseado na pobreza.

Em uma de suas cartas ao Conde de Valadares, Pamplona informa como o povoamento do Sertão estava sendo levado adiante e como isto resultava em fracassos e inúmeros problemas. No cerne da questão estava a crítica ao povoamento, feito com base no que ele percebe como sendo vadios, indicados como ociosos e possuidores dos mais diversos vícios e a sua extrema pobreza, inviabilizadora do projeto de povoamento:

“...Pelo caminho dos vadios se me faz muito difícil aquela povoação. Todos aqueles são uma casta de gente dominada pela ociosidade, e arrastados pelos vícios, e por fim sumamente pobres que é o que mais obsta. Manda lhos é o menos, mais é conservá-los. De

⁶² Carta de Ignacio Correia Pamplona ao Governador Valadares. Estância de Santa Maria Francisco de Salles, em 7.10. 1769. 18,2,6 . Biblioteca Nacional. Manuscritos

que servirá reparti-lhes terras se lhes faltam todos os meios de as cultivar? Sem dinheiro como hão de eles comprar armas, pólvora, chumbo e bala, enxadas, foices, machados, toucinho, sal e mais coisas precisas a lavoura e a subsistência? Se a minha fortuna estivesse mais bem segura ânimo tinha eu para toda a despesa, mas empenhado como estou o não posso fazer...”⁶³

Pamplona sugere que o rei poderia lhe pagar um soldo e que ele, com este dinheiro, poderia investir no projeto de povoamento e financiar os povoadores nas suas dificuldades.

As próprias expedições de ataques aos índios ou aos quilombolas que deveriam receber ajuda dos moradores das regiões afetadas, geravam um gasto avultado para a época. Combater quilombos e índios significava não apenas colocar a vida das pessoas em perigo mas, principalmente, gastar muito dinheiro com alimentação, armas, munições, e ainda correr o risco de se ver sem autoridade frente aos moradores de alguns locais, porque era comum que a autoridade requisitasse ajuda e estes não colaborassem alegando diferentes razões. Ignácio Correia de Pamplona inúmeras vezes reclamou com o Conde de Valadares sobre este problema. As pessoas simplesmente não queriam colaborar com as expedições. De acordo com ele, os moradores que ele deixou vivendo no Campo Grande seriam:

“... Gente inconciderada que estão todos os dias experimentando dano dos calhambolas, percas de escravos, que lhes carregam e lhes matam e não se atrevem para o seu sossego a fazer uma leve despesa...”⁶⁴

João Pinto Caldeira também conheceu este problema de perto. Em sua carta ao Conde de Valadares reclamava que não tinha pessoas para a conquista e nem bestas para transportar os mantimentos. As pessoas não queriam auxiliar a bandeira e que *“... muita parte desse povo não fazem apreço nem caso de serem notificados...”⁶⁵*

⁶³ Idem

⁶⁴ Idem

⁶⁵ Carta de João Pinto Caldeira ao Conde de Valadares, em 20.06.1770. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) documento. 74 18,2,6

Em uma outra carta ele afirmava que: *“...que tendo saído de sua vila há um mês e oito dias, ainda não tinha conseguido reunir as condições para entrar na Conquista...”*

Isto ocorreu no mês de junho. Em agosto, escreveu outra carta ao Governador dizendo que pretendia sair no dia 15 deste mesmo mês *“...com a gente que tiver ou pouca ou muita e mais não espero porquanto Ilmo Sr a gente capaz para esta empresa os menos ocupados uns fogem outros os comandantes o querem valer e tudo são desculpas...”*⁶⁶

Além do que os moradores dos distritos em muitos casos tentavam - via legalidade - não colaborar nas expedições. Os moradores de Santa Cruz do Salto, da Boa Morte e de São Gonçalo enviaram uma Petição ao Governador alegando não poderem colaborar com o abastecimento de 80 mulas para as tropas que seriam enviadas ao Campo Grande, porque eles já haviam participado da anterior, comandada por Domingos Moreira Ganja e que haviam entrado com mais de *“... mil e quinhentos alqueires de farinha e trezentos de feijão e com 200 capados pagos a três oitavas e meia e sal que pagaram fora o mantimento; vieram a pagar e uns a dez e outros a doze oitavas de ouro de que experimentamos uma sucinta derrama o que satisfizemos ao comandante Antonio Francisco França...”*⁶⁷.

A Petição sugere ainda que os moradores de Passatempo concorram com a ajuda.

Na realidade, o que Ignácio Correia de Pamplona e João Pinto de Caldeira não percebiam ou não interessava a eles perceber, é que esta população era composta em sua maioria por pessoas com pouco ou nenhum recurso, e que contribuir com estas expedições significava um transtorno financeiro enorme com o qual eles não podiam arcar.

⁶⁶ Carta de João Pinto Caldeira para Conde de Valadares, em 01.08.1770. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) documento 78, 18,2,6

⁶⁷ Petição dos moradores de Santa Cruz do Salto, da Boa Morte e de São Gonçalo ao Conde de Valadares, em 2.8.1770. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) documento 97. 18,2,6

A pobreza destes povoadores propiciava um outro tipo de problema. Como a região ocupada era, por maiores que fossem as tentativas em contrário, locais de moradias de índios e quilombolas, a existência e o desenvolvimento das terras estavam sempre em risco, e ele se tornava muito maior e mais grave por envolver pessoas pobres que possuíam na maioria das vezes de um a três escravos. Ter um deles ou todos roubados pelos quilombolas ou assassinados pelos índios, significava cair na mais absoluta miséria e retroceder com os planos de povoamento para a região.

As listagens dos moradores de algumas localidades do Oeste de Minas Gerais, elaboradas em 1717, pode ser útil para perceber esta questão. Ainda que elas tenham sido feitas em um período anterior às expedições de Pamplona, elas nos remetem a uma realidade que praticamente não sofreu mudanças no tempo. De um total de 529 proprietários, 252, ou seja, 47,64% possuíam de um a três escravos. Se a este universo forem acrescentados os proprietários que possuíam de quatro a nove escravos que podem ser identificados como remediados, (171 – 32,32%) tem-se um total de 423, ou 79,96%. Os senhores que possuíam acima de 10 cativos resumiam-se a 106 indivíduos que juntos, representavam apenas 20,04%.

Estes resultados sugerem que eram os proprietários com poucos recursos e escravos que entravam nas áreas de fronteiras arcando com o ônus deste empreendimento. Observando cada uma das localidades em separado, excetuando-se Caminho Novo (45,45%), em todas as demais a porcentagem de pequenos proprietários de escravos, ou seja, possuidores de um a nove escravos, não é inferior a 60%. Enquanto os proprietários que possuíam mais de 10 escravos estão abaixo de 25%, com exceção novamente de Caminho Novo (54.55%) e de Córrego (38.89%).

Tabela 1-Arraial Velho –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	25	47.17	42	13.55
4-9	17	32.08	107	34.52
>10	11	20.75	161	51.93
TOTAL	53	100	310	100

Tabela 2-Rio das Mortes Pequeno –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1- 3	11	45.84	20	12.74
4- 9	8	33.33	44	28.02
>10	5	20.83	93	59.24
TOTAL	25	100	157	100

Tabela 3-Bichinho - 1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	17	37.78	33	11.66
4-9	19	42.22	116	40.99
>10	9	20.00	134	47.35
TOTAL	45	100	283	100

Tabela 4-Caminho Velho –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	7	31.82	15	11.20
4-9	10	45.45	52	38.80
>10	5	22.73	67	50.00
TOTAL	22	100	134	100

Tabela 5-Córrego–1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	8	44.44	19	10.06
4-9	3	16.67	17	8.99
>10	7	38.89	153	80.95
TOTAL	18	100	189	100

Tabela 6-Rio Abaixo –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	5	38.46	11	11.83
4-9	5	38.46	35	37.63
> 10	3	23.08	47	50.54
TOTAL	13	100	93	100

Tabela 7-Itaberaba e Norvega –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	21	42.86	37	11.25
4-9	18	36.74	107	32.52
>10	10	20.40	185	56.23
TOTAL	49	100	329	100

Tabela 8-Caminho Novo –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	0	-	0	-
4-9	10	45.45	70	18.47
>10	12	54.55	309	81.53
TOTAL	22	100	379	100

Tabela 9-Vila de São João –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	54	56.84	107	19.74
4-9	21	22.11	110	20.30
>10	20	21.05	325	59.96
TOTAL	95	100	542	100

Tabela 10-Caminho do Campo –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-4	5	38.46	13	15.12
5-9	5	38.46	31	36.04
>10	3	23.08	42	48.84
TOTAL	13	100	86	100

Tabela 11-Brumado-1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	23	58.97	47	28.14
4-9	14	35.90	85	50.90
10	2	5.13	35	20.96
TOTAL	39	100	167	100

Tabela 12-Lagoa Dourada-1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	13	50.00	22	22.00
4-9	12	46.15	68	68.00
>10	1	3.85	10	10.00
TOTAL	26	100	100	100

Tabela 13-Ponta do Morro e Prados -1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	28	47.46	52	14.86
4-9	18	30.51	109	31.14
>10	13	22.03	189	54.00
TOTAL	59	100	350	100

Tabela 14-Rio Acima -1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	35	68.63	62	35.22
4-9	11	21.57	62	35.22
>10	5	9.80	52	29.56
TOTAL	51	100	176	100

Tabela 15-Somatório das localidades-1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	252	44.45	480	8.73
4-9	171	33.33	1013	25.40
>10	106	22.22	1802	65.87
TOTAL	529	100	3295	100

Através de dados recolhidos e analisados por Luna, toma-se contato com um universo muito parecido ao exposto acima . Em São João del Rei no ano de 1718⁶⁸ havia um total de 393 indivíduos, dos quais 50 eram proprietários e 343 escravos. Analisando a posse de cativos distribuídos por proprietários, o referido autor percebeu que 30 senhores (60,00%) possuíam um, ou no máximo cinco escravos, assim distribuídos:

Tabela 16-Proprietários que possuíam no máximo 5 cativos – São João del Rei, 1718.

Número de escravos possuídos	Proprietários	%
1	14	28.00
2	10	20.00
3	1	2.00
4	1	2.00
5	4	8.00

Fonte: Luna, Francisco Vidal. Características...

Os senhores que possuíam de 6 a 21 escravos perfaziam um total de 16 pessoas (33,00%) e com mais de 21 cativos, apenas 4 senhores (7,00%). A distribuição de cativos por proprietários estava estruturada desta forma:

Tabela 17-Proprietários que possuíam mais de 6 cativos – São João del Rei, 1718.

Número de escravos possuídos	Proprietários	%
6 a 10	9	18.00
11 a 20	7	14.00
21 a 40	3	6.00
41 e +	1	2.00

Fonte: Luna, Francisco Vidal. Características...

⁶⁸ LUNA, Francisco Vidal. *Características da massa escrava em Minas Gerais*. Relatório final. São Paulo: IPE, FINEP, 1980.

Os números provenientes da listagem de moradores feita em 1717, ou mesmo os fornecidos pelo arquivo Casa dos Contos de 1718 são muito próximos, e indicam uma estrutura de cativos disseminada pela população que não possuía muitas condições econômicas.

Comprovando que esta realidade não sofreu alterações significativas no tempo, a listagem de moradores de Cuieté (tabela 18) para o ano de 1770 demonstra praticamente o mesmo resultado: Dos 18 proprietários listados, 14 possuíam de um a nove escravos (77,78%), enquanto que quatro eram proprietários com mais de 10 escravos (22,22%).

Tabela 18-Cuieté -1770

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	8	44.45	11	8.73
4-9	6	33.33	32	25.40
>10	4	22.22	83	65.87
TOTAL	18	100	126	100

Finalizando, pode-se inferir através destes números e de outros indícios já vistos, que a expansão da fronteira no Oeste de Minas Gerais foi feita utilizando-se de vadios, homens pobres ou pequenos proprietários com alguns poucos escravos. Este universo populacional significa que eram pessoas que não tinham muito a perder deixando seus pertences para trás e entrando numa região desconhecida. Aos que possuíam alguns escravos, significava obter terras para assim, tentar “fazer fortuna”. Logo, a aventura de se introduzir rumo ao desconhecido, de travar batalhas com quilombolas ou com índios, e ainda poder receber indígenas como mão de obra e terras, era uma excelente chance de

mudar suas condições de existência. Aliás, estas eram as maiores promessas para atrair estes homens: a possibilidade de mudar totalmente de vida, obtendo sesmarias e repartindo os índios capturados entre os participantes das bandeiras. O butim era assim, uma possibilidade para propiciar esta mudança.

Entretanto, foram estas características que acabaram por inviabilizar o Projeto Civilizacional pensado para desenvolver o Sertão Oeste de Minas Gerais. Como contar com grupos com poucos recursos no momento de defender a região? Sem dinheiro e sem escravos, estas terras ficavam a mercê dos interesses de índios e de quilombolas em atacá-las ou não. Em caso de ataque, os entrantes pouco ou nada poderiam fazer e assim, na maioria das vezes, estes colonos morriam ou perdiam os poucos escravos que possuíam. Se o processo de entrada se mostrava como uma aventura que poderia ser muito lucrativa para estes homens, logo esta imagem positiva se desfazia e ficava a dura realidade: o Sertão era uma terra que abrigava pessoas que não estavam dispostas a facilitar a vida destes colonos e em escala maior, das autoridades que tentavam controlá-las. Assim, pode-se afirmar que a pobreza foi um dos elementos que mais inviabilizou o Projeto Civilizacional pensado por Pombal para dinamizar a economia e a sociedade colonial e colocado em prática por diversos governadores e auxiliares. A outra ponta desta inviabilização ficou a cargo dos índios e dos quilombolas.